

Sem tempo para experiências

O IMPASSE nas negociações dentro da Constituinte sobre o sistema de governo poderá conduzir a um de dois desfechos: decisão em plenário por mínima diferença — ou consenso, por exaustão, em torno de um sistema híbrido.

NO PRIMEIRO caso, será extremamente difícil convencer a opinião pública de que o sistema escolhido representa o que a Nação deseja. Ou mesmo que o resultado representará as convicções do próprio plenário: o alto número de indecisos, mesmo depois de intenso debate, pelo visto tornaria qualquer escolha fortuita mero produto de circunstâncias.

O CONSENSO gerado unicamente pela necessidade de fugir ao "buraco negro" (quando nenhuma solução tem os votos suficientes para a vitória) não daria ao País um sistema de governo, mas uma colcha de retalhos. Ou, como prevê o Relator Bernardo Cabral, um monstro de cabeça de elefante, corpo de camelo e patas de cão.

AMBAS AS hipóteses conduzem a uma estrutura de difícil sobrevivência. Isto já seria ruim em tempos de tranqüila prosperidade. Num momento de transi-

ção e crise, optar por um sistema frágil seria cortejar o desastre.

POR QUE se chegou a essa melancólica situação?

NÃO É difícil voltar no tempo até a origem do problema: basta recordar a campanha eleitoral. Não se conhece caso de partido ou candidato que tenha colocado, perante o eleitor, a questão essencial do sistema de governo. Nem o povo contou, entre os elementos de sua decisão de voto, com a posição do seu futuro representante a respeito, nem foi sondado sobre sua preferência.

EXPLICA-SE, assim, que a divisão entre parlamentaristas e presidencialistas corte sem causar estranheza as fronteiras partidárias: ninguém tem a obrigação de ser fiel quando não existe a premissa da fidelidade. Nem ao partido, nem à posição individual anteriormente assumida.

ERA DE se esperar o contrário: que, em questão básica da estrutura política e administrativa do País, as linhas estivessem claramente definidas — ou melhor, viessem claramente definidas das urnas.

NADA DISTO ocorrendo, era inevitável o impasse, em se-

guida a um debate no qual as virtudes específicas de cada sistema somaram tanto quanto considerações de natureza inteiramente conjuntural.

SÓ EXISTE, a esta altura, um caminho ditado pela prudência e o bom senso: aceitando, por óbvia, a inexistência de aspiração popular, não mudar.

AS LIÇÕES de décadas exigem o aperfeiçoamento do sistema presidencialista. É preciso conter o apetite do Executivo pela função legislativa, e conceder ao Congresso o mais amplo poder de fiscalização. Assim, cortando arestas e eliminando áreas de atrito e desigualdade, o sistema que temos não será empecilho algum a que bons governantes e bons legisladores levem a transição política a termo e criem as condições para a retomada do crescimento econômico.

AS ALTERNATIVAS, seja o parlamentarismo puro, seja um sistema artificial, não seriam mais do que experiências.

E PODEM os constituintes, encarando suas consciências, decidir que o País atravessa um período que exige ou admita a experimentação em questão dessa magnitude?